

Sarney aumenta pressão e não quer nem negociar

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney inicia hoje uma nova ofensiva sobre a Constituinte em defesa do presidencialismo: às 7h30, receberá no Palácio da Alvorada, para o café da manhã, sete ministros, para pedir-lhes que se empenhem na defesa dos temas de interesse do governo na Constituinte, mais especificamente, o sistema de governo presidencialista. Segundo um de seus auxiliares, esta será apenas a primeira de uma série de reuniões semelhantes.

De acordo com o porta-voz do Planalto, Frota Neto, "acabaram-se os conchavos e o presidente não negocia mais o sistema de governo". Aliás, ele ressaltou que Sarney, "em todos os momentos", o que fez foi "manter entendimentos para viabilizar o presidencialismo", ou seja, "nunca negociou qualquer das propostas parlamentaristas já apresentadas".

Esta posição foi ratificada pelo líder do PFL, deputado José Lourenço, ao revelar que o presidente lhe havia dito, em audiência: "Quem defende o parlamentarismo é oposição ao meu governo", acrescentando: "Conto com você". O relato foi feito, pelo telefone, ao ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. "Depois que o presidente me disse que quem é parlamentarista é oposição ao seu governo, passei a lutar pelo presidencialismo, até me indispondo com companheiros. Mas vejo que o governo continua sem decidir. Está faltando decisão" — desabafou o líder do PFL. Apesar da decisão presidencial, o presidente do PFL, Marco Maciel, ainda se reuniu ontem com os líderes José Lourenço e Carlos Chiarelli e, à noite, dirigentes do PFL estiveram com o relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral.

Durante o dia de ontem, o presidente Sarney deu, pelo menos, duas demonstrações de que não está disposto a passar a faixa presidencial a um sucessor que, atado pelo parlamentarismo, não possa exercer o poder. Ao senador Gerson Camata (PMDB-ES), Sarney transmitiu sua preocupação com a possibilidade de surgir uma crise sem precedentes, caso o País adote o parlamentarismo. "Não que seja completamente contra o parlamentarismo, mas estou muito preocupado com a durabilidade das instituições" — disse Sarney, segundo Camata. Também em conversa com o deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS), condenou as fórmulas "híbridas", que tentam conciliar o modelo clássico com o "presidencialismo mitigado". De acordo com Irajá, para Sarney não há como discutir parlamentarismo sem incluir o voto distrital misto e a dissolução do Congresso. Irajá Rodrigues acrescentou que o presidente da República não aceita, "de maneira nenhuma", qualquer oferta que possibilite esticar o seu mandato por mais um ano. "Cinco anos e nada mais" — lhe teria dito Sarney.

REUNIÃO

A reunião de hoje no Alvorada reunirá ministros do PMDB e do PFL. Deverão estar presentes Antônio Carlos Magalhães, Jorge Bornhausen, Raphael de Almeida Magalhães, Deny Schwartz, Ronaldo Costa Couto, Aníbal Teixeira e o general Ivan de Souza Mendes, que não é vinculado ao PMDB, mas se transformou num dos mais assíduos frequentadores das reuniões do partido. "Agora, o presidente José Sarney vai começar a jogar. O jogo será feito com classe, mas para valer", comentou uma fonte do Planalto, revelando que o presidente selecionou ministros que têm o controle de recursos para distribuição aos municípios e vinculação partidária, à exceção do chefe do SNL.

A derrota dos que não se entendem

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O secretário-geral do PDS, senador Virgílio Távora, o líder do PDT, Brandão Monteiro, o deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ) e o vice-líder do PT, José Genoíno, admitiram ontem a derrota dos parlamentaristas na Comissão de Sistematização e no plenário da Constituinte. Uns atribuem-na ao fato de o governo ter agido com competência, outros, à própria divisão dos parlamentaristas em muitos grupos que não conseguiram chegar a entendimento.

"Se o governo conseguir 47 votos pelo presidencialismo na Comissão de Sistematização, vai ser muito difícil que alguém reúna 270 contra ele no plenário", previu Virgílio Távora. Brandão Monteiro identifica pelo menos três grandes grupos parlamentaristas na Constituinte. O primeiro, de longa tradição conservadora, tem à frente Afonso Arinos, Bonifácio de Andrada e Sandra Cavalcanti; o segundo é o dos neoparlamentaristas do PMDB, liderados pelo senador Fernando Henrique Cardoso (SP), cujo objetivo é assumir o governo de fato e abrir espaço para Ulysses Guimarães; o último é o grupo dos parlamentaristas pró-Sarney, que só querem a implantação do novo regime depois do atual governo. "Não há unidade entre eles. Esta é a grande divergência que o parlamentarismo enfrenta para ser o sistema de governo vigente no Brasil", afirma o líder do PDT.



Julio Fernandes — 2287

Cabral deixa questões polêmicas para o plenário

Cabral entrega hoje o último substitutivo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), entregará hoje, às 17 horas, o seu segundo substitutivo sem que dois temas polêmicos tenham sido definidos nas negociações entre os vários grupos envolvidos nos entendimentos: sistema de governo, entre parlamentarismo e presidencialismo, e a questão da imissão de posse na reforma agrária, prevendo-se — segundo expressão do senador José Inácio Ferreira (PMDB-ES), um dos relatores-adjuntos — "uma verdadeira batalha no plenário".

A persistir, hoje, a falta de acordo entre os grupos moderado (do senador José Richa) e de esquerda (do deputado Euclides Scalco) e as forças do governo (lideradas pelos deputados Carlos Sant'Anna, líder do governo, e José Lourenço, líder do PFL na Câmara), o relator Bernardo Cabral vai manter o mesmo texto do primeiro substitutivo, deixando para o plenário a solução pelo voto.

No trabalho de enxugamento do texto do segundo substitutivo para entregá-lo ainda hoje — a secretaria-

geral da Mesa da Constituinte desmentiu a possibilidade de adiamento por 48 horas —, os relatores-adjuntos introduziram uma novidade: os traficantes de drogas não terão fiança e seus crimes serão considerados imprescritíveis, além de serem obrigados a cumprir penas em prisões especiais.

Segundo o relator-adjunto José Inácio Ferreira (PMDB-ES), serão muito poucas as alterações entre o primeiro e o segundo substitutivo — que Bernardo Cabral entregará ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães —, pois o trabalho foi praticamente de enxugamento do texto anterior, com uma conseqüente redução do número de artigos.

Para José Inácio Ferreira, que falou em nome dos relatores-adjuntos, dos três pontos polêmicos, apenas um foi resolvido a contento: o relativo ao papel constitucional das Forças Armadas, numa solução negociada com os militares pelo líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, e o senador José Richa. Segundo o novo texto, as Forças Armadas destinam-se a garantir os poderes constitucionais e, a pedido de um destes, a lei e a ordem.

Réplica de Constituição, um presente

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Uma réplica fotográfica da Constituição norte-americana, com a reprodução dos seus sete artigos, foi entregue ontem ao presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), pelo embaixador dos Estados Unidos, Harry Shlaudemann, logo depois da sessão especial realizada no plenário em homenagem ao bicentenário desse documento. Lucena, ao agradecer o presente, lembrou que, nos Estados Unidos, o presidencialismo sempre contribuiu para fortalecer o equilíbrio entre os três poderes.

A iniciativa da sessão especial foi do senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), um dos oradores de ontem. Compareceram à cerimônia, além do embaixador norte-americano e do corpo diplomático, o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Rafael Mayer. O embaixador dos Estados Unidos, ao agradecer a homenagem, disse esperar que a futura Constituição do Brasil seja um documento igualmente elaborado para durar muito, como a Carta norte-americana.

Marcondes Gadelha, primeiro orador, lembrou que, dos 170 países do mundo, pelo menos 160 têm constituições escritas, inspiradas de alguma forma no exemplo norte-americano. A propósito, frisou que a Constituição dos Estados Unidos, do ponto de vista formal, está escrita em linguagem acessível a todos e dispõe as matérias em esquema de fácil memorização.

Em nome do PDS, discursou o senador Lavoisier Maia (RN), que fez um histórico da votação da Carta norte-americana, observando que, para chegar ao texto definitivo "o povo dos Estados Unidos vivenciou um processo sociológico que marcou definitivamente seu ingresso na comunidade internacional". Por último, em nome da liderança do PMDB, o senador Luiz Viana Filho (BA) lembrou ser justo que, ao exaltar a Constituição de 17 de setembro de 1787, se faça uma homenagem ao povo norte-americano, "a cujo espírito cívico deve-se que, passados 200 anos, permaneçam vivos, palpantes, chelos de seiva, os ideais que inspiraram os 'pais fundadores', cuja obra luminosa e duradoura não falta quem chame de 'o milagre de Filadélfia'".